Opinião

Competitividade do setor sucroenergético paulista



Mônika Bergamaschi*

O ESTADO de São Paulo recebe cotidianamente a visita de diversas comitivas interessadas em conhecer o programa do etanol de cana-de-açúcar. São delegações vinculadas a governos de todos os continentes, grupos de empresários, cientistas, técnicos, especialistas em assuntos ambientais, estudantes e curiosos.

São Paulo possui 171 usinas em operação e 5,3 milhões de hectares plantados com cana-de açúcar, aproximadamente 60% da área plantada com a cultura em todo território brasileiro na safra 2012/13. Em termos de uso e ocupação do solo, esta é a segunda maior no estado, precedida apenas pela área coberta com pastagens.

No aspecto ambiental, o etanol é a principal fonte de energia renovável da matriz energética paulista, composta por 57% de energia limpa. O consumo do etanol como combustível renovável nos motores *flex-fuel* contribui de maneira inequívoca para a melhoria da qualidade do ar, via redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa. Com a safra menor, deixamos de contar com 6 bilhões de litros de etanol, que foram substituídos por 4,2 bilhões de litros da gasolina C.

A importação de gasolina impacta também o saldo da balança comercial, além do fato de que a atividade industrial cai, em decorrência da estagnação na construção de novas plantas ou na modernização do parque industrial existente. A ausência de investimentos, tanto nas agroindústrias, quanto nos canaviais, pressiona a oferta, que não acompanha a demanda. Como se não bastasse, sobram respingos sobre a indústria de base, máquinas agrícolas, equipamentos, serviços, comércio, enfim, toda a estrutura de negócios que gravita em torno do setor.

Além de aspectos econômicos e ambientais, é sabido que o setor sucroenergético é um importante gerador de empregos. A queda na rentabilidade, somente nos últimos dois anos, já comprometeu 14 mil empregos diretos e cerca de 30 mil indiretos.

As dificuldades vividas são visíveis e as perspectivas, complexas. O aumento dos custos de produção e as limitações impostas aos preços do etanol e da energia gerada a partir de biomassa de cana não trazem nenhum alento. Trata-se de endividamento e falta de incentivo, que não combinam em nada com o momento, em que todo o mundo volta os olhos para o que o Brasil fez no campo do etanol e da cogeração de energia elétrica.

O caminho fundamental para a superação da crise do setor deve ser pautado em políticas públicas de curto prazo, que evidenciem e diferenciem as externalidades positivas das energias limpas, de fontes renováveis, além de planejamento de médio e longo prazo, que, por sua vez, carece de uma orientação política clara sobre a participação do etanol e da energia elétrica de biomassa na matriz energética brasileira.

O governo paulista tem manifestado seu apoio e confiança no setor. Um importante passo foi a desoneração da carga tributária do etanol hidratado, reduzindo o ICMS para 12% (nos demais estados da Federação, o índice médio varia de 25 a 28%). Mais recentemente, no lançamento da Política Estadual de Mudanças Climáticas, PEMC, estipulou que, no ano de 2020, a matriz energética paulista será composta por 69% de energias limpas, e esse intento não será possível se o etanol e a cogeração não contribuírem com a maior parcela. A pesquisa tem trabalhado em sintonia fina com o setor privado: melhoramento genético, sanidade, produção de mudas, enfim, tecnologia de ponta a serviço da retomada do crescimento.

Mais do que isso, o governo paulista está ciente da necessidade de recompor uma história vitoriosa e conta com a união de todos os elos da cadeia para a proposição das medidas necessárias. Somente o trabalho orquestrado e em conjunto reposicionará o etanol e o setor sucroenergético na trajetória de excelência, que é sua, de fato e de direito. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo